

# Racismo na infância\*

de Márcia Campos Eurico

## Infâncias pretas sob a proteção que viola direitos

**Black Childhood Under Protection that Violates Rights**

por Ana Lucia Oliveira Ramos\*\*

Novembro no Brasil é um mês de luta para a população preta, em especial no dia 20, quando se comemora o Dia da Consciência Negra ou Dia Nacional de Zumbi dos Palmares. A data potencializa intensas manifestações, debates e reflexões acerca da situação da população preta no Brasil.

E foi em novembro de 2020 que a Cortez Editora lançou o livro *Racismo na Infância*, de autoria de Márcia Campos Eurico. Fruto da tese de doutorado da autora, defendida em 2018, com o título *Preta, preta, pretinha: o racismo institucional no cotidiano de crianças e adolescentes negras/os acolhidos/as*, a publicação nos remete às discussões acerca das relações étnico-raciais no âmbito das políticas públicas e do debate sobre os impactos do racismo na infância, tema necessário e urgente, tanto na esfera acadêmica, como no trabalho profissional, além de ser pauta central dos movimentos sociais. Antes de apresentar o livro, como Magali da Silva Almeida enfatizou no prefácio, é de fundamental importância que consideremos o contexto em que surge a obra de Eurico.

Sob governos conservadores, advindos de uma assustadora ascensão da extrema direita, presenciamos o aumento das desigualdades, da violência do Estado, o acirramento da pobreza e a crescente desqualificação da vida humana, ao mesmo tempo em que ocorrem ataques aos direitos conquistados pelos/as trabalhadores/as e o retrocesso das parcas políticas públicas. A população negra (pretos/as e pardos/as) é a mais atingida.

---

\* São Paulo: Cortez Editora. 2020.

\*\* Mestre em Serviço Social e Políticas Sociais pela Universidade Federal de São Paulo, campus Baixada Santista. Assistente Social no Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP). São Paulo-SP, Brasil. End. eletrônico: nana\_pucsp@yahoo.com.br  
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5402-8450>

Um estudo realizado pelo Instituto Pólis (2020), na capital de São Paulo, entre 1º de março e 31 de julho, demonstra que a taxa padronizada de mortalidade por Covid-19 é maior entre a população negra. Os negros também são 75,7% das vítimas de homicídio (Cerqueira et al., 2020); as mulheres pretas estão mais suscetíveis à violência obstétrica (Leal et al, 2017). E as desigualdades sociais e raciais atingem crianças e adolescentes.

Márcia Eurico se volta especificamente para a análise da realidade de crianças e adolescentes em serviços de acolhimento institucional e se propõe a examinar como o racismo, enquanto mecanismo de manutenção da ordem capitalista, de estratégia de controle dos corpos e de institucionalização em massa, se materializa nestes serviços e espaços (p. 29).

A publicação está dividida em duas partes. Na primeira, em diálogo com Clóvis Moura, a autora apresenta aspectos gerais da escravidão no Brasil, as lutas e as contribuições da população negra no processo de formação econômico-cultural da sociedade brasileira. Rompe com as narrativas colonialistas na medida em que desvela, de forma dialética, a construção das relações sociais brasileiras em um contexto de capitalismo dependente, ancorado na maciça desqualificação do *ser negro/a* e na valorização da branquitude. São abordadas as tensões durante a transição do modo de produção escravista para o de trabalho livre, com a manutenção dos privilégios da branquitude e a negação do acesso da população recém-liberta às condições fundamentais necessárias para a reprodução da força de trabalho e, logo, manutenção da vida. O que se viu foi a perpetuação do monopólio político e jurídico da classe dominante.

A autora demarca o papel da ideologia, do mito da democracia racial e da organização econômica que contribui para a subalternização da população negra, ao mesmo tempo em que se consolida uma identidade nacional pautada no ideário do branqueamento. Ainda hoje nos deparamos com uma (re)atualização deste mito em sua funcionalidade para a manutenção do racismo no cotidiano, pautada na ideia de mérito, e para a invalidação do debate acerca de questões relativas à população negra: cotas raciais, combate à violência, saúde da população negra etc.

Na primeira parte do livro, é possível compreender, em uma perspectiva interseccional que articula raça, classe e gênero, como as relações sociais se estruturam ao longo da constituição do Brasil enquanto nação e como estas se reatualizam na modernidade. A segunda parte, intitulada *Quem diz que protege, não cuida: minúcias do racismo na infância*, apresenta os limites do judiciário e das políticas sociais que compõem o Sistema de Garantia dos Direitos – um conjunto de setores e serviços que, de forma integrada, deveria garantir os direitos fundamentais de crianças e adolescentes, mas, ao contrário, na maioria das vezes, perpetua a culpabilização das camadas populares expropriando suas crianças.

Ao demonstrar como as famílias negras são atravessadas pela pobreza geracional causada pelo racismo (um dos fatores que favorece a institucionalização de crianças e adolescentes), Eurico faz referência à Carolina Maria de Jesus e a seu livro *Quarto de Despejo: diário de uma favelada*, de 1960. Márcia Eurico, mulher, preta, filha da classe trabalhadora, Assistente Social, doutora em Serviço Social, dentre tantas interpelações que constituem sua identidade e subjetividade, estabelece um diálogo com outra mulher, preta, catadora de papel, favelada, uma das mais conhecidas escritoras brasileiras fora do Brasil, mas negligenciada pela literatura nacional. Da interlocução entre a doutora preta e a escritora de *Quarto de Despejo*, também preta, são o próprio exercício profissional e o racismo incrustado nas instituições que se tornam nucleares à análise.

Os Serviços de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes (SAICA's), fazem parte da Política de Assistência Social do Município de São Paulo. Estes serviços se tornaram ações focalizadas e terceirizadas. É neste contexto que a autora examina como o racismo estrutural e institucional se expressa no cotidiano do exercício profissional e atravessa a vivência tanto de crianças e adolescentes como de suas famílias. Os relatos dos/as profissionais demonstram o quanto o racismo impacta no desenvolvimento de crianças e adolescentes que, a priori, estão sob a proteção do Estado. Deparamo-nos permissividade e passividade dos/as profissionais diante de situações de humilhação, de invisibilidade, de violências tratadas de forma natural contra aqueles/as que deveriam estar protegidos/as. A situação é agravada pelo baixo investimento na qualificação profissional, sendo a ausência de repertório acerca do racismo um elemento chave.

A leitura de *Racismo na Infância* mobiliza diversos sentimentos, reflexões e nos faz compreender que crianças e adolescentes não são homogêneos/as e as imbricações de classe, raça, gênero, sexualidade, crença religiosa, fenótipo e estética atravessam a existência desses/as sujeitos/as. É uma obra importante não apenas pela abordagem de tema tão fecundo, mas também pelo que representa a produção intelectual de uma mulher preta no Brasil. É a sinalização de que o acesso e a construção de conhecimento, há muito tanto ocupados pela classe dominante e pela branquitude, também são nossos espaços. Ademais, a obra inaugura um olhar voltado para o universo de crianças e adolescentes institucionalizados/as. É necessário e urgente que essas pautas, articuladas às análises de conjuntura do capitalismo brasileiro, sejam incluídas, em uma perspectiva crítica, no centro dos debates não apenas no âmbito das Ciências Sociais, mas também na área do Direito.

## Referências

CERQUEIRA, Daniel et al. *Atlas da violência 2020*. Brasília: Ipea, 2020. Disponível em: <<https://forumseguranca.org.br/atlas-da-violencia/>>. Acesso em 01 dez. 2020.

INSTITUTO PÓLIS. *Raça e COVID no município de São Paulo*. Disponível em: <<https://polis.org.br/estudos/raca-e-covid-no-msp/>>. Acesso em 14 ago. 2020.

LEAL, Maria do Carmo et al. A cor da dor: iniquidades raciais na atenção pré-natal e ao parto no Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, vol. 33, supl., p 1-17, 2017. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-311X2017001305004&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2017001305004&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 29 nov. 2020.